

NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TÍLIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

Laura Fortes (USP/Fapesp. E-mail: laurates@usp.br)

Lançado no X Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada em setembro de 2013 na UFRJ, o livro *Política e políticas linguísticas* traz uma compilação de textos elaborados por palestrantes convidados para o evento. Agrupamos os treze capítulos do livro em cinco temas que apresentamos a seguir.

Dentro do tema que denominamos **política linguística e paradigmas**, no capítulo *Política linguística: do que é que se trata, afinal?*, Kanavillil Rajagopalan enfatiza a necessidade de compreender a política linguística em sua relação com a agência, ou seja, com processos que envolvem escolhas dos sujeitos a fim de interferir nos paradigmas estabelecidos pelo *status quo* em uma determinada sociedade. Na mesma direção, no capítulo *Navigating language politics: a story of critical praxis*, a partir da narrativa de sua própria jornada acadêmica e profissional, Suresh Canagarajah aborda a questão da política linguística como *práxis*, isto é, como uma prática resultante de reflexões em relação a um contexto social específico. Também converge para essa discussão o capítulo *Caminhos para a LA: política linguística, política e globalização*, em que Roxane Rojo demonstra como a inserção da linguística aplicada nos paradigmas de “cientificidade” constitui uma contradição, uma vez que a LA encontra-se em interseção com a política.

No capítulo *Observatório de políticas linguísticas no Brasil: metas para a linguística aplicada*, tratando do tema que aborda a questão da **política linguística em sua relação com as políticas públicas**, Pedro M. Garcez descreve instâncias de políticas linguísticas no Brasil, propondo a intensificação da participação de linguistas aplicados nesse debate público. Também incluída nesse tema está a discussão de Xoán Carlos Lagares no capítulo *Ensino do espanhol no Brasil: uma (complexa) questão de política linguística*. Assumindo uma perspectiva glotopolítica, Lagares analisa a política de implantação do ensino de espanhol no Ensino Médio brasileiro, mostrando o funcionamento ideológico de uma política pan-hispânica hegemônica nesse processo.

Dentro do tema que trata da relação entre **política linguística e línguas minoritárias**, no capítulo *Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil*, Cléo V. Altenhofen enfatiza a necessidade de considerar o *status* de língua

minoritária como dinâmico, defendendo uma política linguística que priorize o respeito à diversidade e à pluralidade. Nesse mesmo tema, no capítulo *Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil*, Terezinha Machado Maher aborda as políticas linguísticas em articulação com questões de identidade e discute como as línguas minoritárias brasileiras têm ocupado espaços na paisagem linguística nacional por meio da resistência política. Ainda tratando desse tema, no capítulo *Desconexiones entre retórica y práctica en la educación intercultural bilingüe indígena en Latinoamérica*, Luiz Enrique López traz um panorama sociolinguístico a partir do qual analisa as contradições das políticas educativas implementadas na educação intercultural bilíngue indígena.

Três capítulos do livro abordam questões relativas ao tema que denominamos **política linguística e formação de professores**. No capítulo *A ausência de políticas para o ensino de língua inglesa nos anos iniciais de escolarização no Brasil*, a preocupação de Telma Gimenez é demonstrar como a formação específica de professores de línguas estrangeiras do Ensino Infantil e do Ensino Fundamental 1 pode se tornar uma estratégia para colocar em pauta novas reflexões que possibilitem a elaboração de políticas públicas nesse campo. Também concentrando sua discussão na questão da formação docente, Walkyria Monte Mór apresenta no capítulo *As políticas de ensino de línguas e o projeto de letramentos* três eixos sobre os quais o debate pode ser focalizado: os desafios para as políticas de ensino de línguas; os conceitos reorientadores dessas políticas; e o profissionalismo docente. Ainda sobre esse tema, no capítulo *Políticas linguísticas, conhecimento local e formação de professores de línguas*, Ruberval Franco Maciel propõe uma resignificação do conceito de “conhecimento local” a fim de articulá-lo com a formação de professores por meio das políticas linguísticas implicadas nos documentos oficiais brasileiros.

Dentro do tema **política linguística e instituições** incluímos os dois últimos capítulos do livro. Em *Políticas de credenciamento e recredenciamento de professores em programas de pós-graduação em linguística e em linguística aplicada: publish or perish*, Vera Lúcia Menezes Oliveira e Paiva analisa os critérios de credenciamento e recredenciamento de professores de instituições de ensino superior brasileiras, problematizando alguns de seus efeitos políticos e éticos. Em *Políticas de ensino e aprendizagem de línguas adicionais no contexto brasileiro: o caminho trilhado pela ALAB*, Christiane Siqueira Nicolaidis e Rogério Casanovas Tilio traçam um percurso histórico da ALAB, destacando algumas ações no âmbito das políticas públicas de

ensino de línguas e abordando, prospectivamente, possíveis intervenções nos processos de internacionalização das universidades brasileiras.

Esse breve panorama das temáticas abordadas em *Política e políticas linguísticas* demonstra sua importante contribuição para as discussões concernentes às línguas em seus complexos modos de funcionamento na sociedade, colocando em evidência sua dimensão política – dimensão esta ainda muito silenciada por discursos que circulam em diversos campos dos estudos linguísticos. Assim, a relevância dessa publicação está no fato de que, ao trazer à tona o político, convoca-nos a refletir sobre as implicações ideológicas e históricas constitutivas das práticas languageiras nas quais os sujeitos se inscrevem e (se) significam.